

EP 100 QUESTÕES INÉDITAS
CONSTITUIÇÃO RN



PPRN

CONTEÚDO EXCLUSIVO EP 2026

CADERNO DE QUESTÕES — BLOCO 1

Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (Questões 201 a 250)

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 201

Nos termos do artigo 2º da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, os Poderes do Estado são independentes e harmônicos entre si. Assinale a alternativa que indica corretamente esses Poderes:

- A) O Executivo, o Legislativo e o Ministério Público.
- B) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- C) O Executivo, o Judiciário e o Tribunal de Contas.
- D) O Legislativo, o Executivo, o Judiciário e a Defensoria Pública.
- E) O Executivo, o Legislativo, o Judiciário e a Segurança Pública.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 202

O artigo 3º da Carta Estadual Potiguar estabelece a extensão da proteção dos direitos e garantias fundamentais no território estadual. De acordo com o referido dispositivo, o Estado assegura, nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais reconhecidos pela Constituição Federal a:

- A) Brasileiros natos exclusivamente.
- B) Brasileiros natos e naturalizados, vedada a extensão a estrangeiros.
- C) Brasileiros e estrangeiros.
- D) Cidadãos inscritos no alistamento eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte.
- E) Residentes no Estado há mais de cinco anos continuados.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 203

A discriminação política e o favorecimento de grupos políticos no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte são veementemente coibidos pela Carta Estadual. Nos termos do artigo 6º, a lei assegura ao prejudicado, pessoa física ou jurídica, os meios necessários e adequados para:

- A) A anulação de pleno direito das eleições municipais da circunscrição.
- B) A recomposição do tratamento igual para todos.

- C) A intervenção imediata da Assembleia Legislativa no órgão coator.
- D) A demissão compulsória sumária da autoridade notificadora.
- E) A conversão da penalidade em multa eleitoral revertida ao Fundo Penitenciário.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 204**

O Título II, Capítulo II, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte elenca os direitos sociais garantidos e assegurados pelo Estado, consoante definidos no artigo 6º da Constituição Federal. De acordo com o artigo 8º, com redação dada por Emenda Constitucional, figuram como direitos sociais, exceto:

- A) A educação, a saúde e a alimentação.
- B) A moradia, o trabalho e o transporte.
- C) O lazer, a segurança e a previdência social.
- D) A proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- E) A livre iniciativa garimpeira em terras de preservação permanente.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 205**

A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos no Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com o artigo 10 da Constituição Estadual, a soberania popular é exercida, nos termos da lei, mediante os seguintes instrumentos, exceto:

- A) Plebiscito.
- B) Referendo.
- C) Iniciativa popular.
- D) Ação popular proposta por entidades de classe estaduais.
- E) Voto direto e secreto.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 206**

Conforme o artigo 10, § 2º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, o exercício da capacidade eleitoral passiva (elegibilidade) sofre restrições de ordem absoluta. São expressamente inelegíveis:

- A) Os maiores de setenta anos e os analfabetos.
- B) Os inalistáveis e os analfabetos.
- C) Os conscritos e os servidores públicos não estáveis.
- D) Os militares da ativa que contem com menos de dez anos de serviço.

E) Os ocupantes de cargos em comissão demissíveis ad nutum.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 207**

A fixação da Capital do Estado do Rio Grande do Norte encontra-se disposta expressamente no artigo 11 do texto constitucional. Assinale a alternativa correta:

- A) A cidade do Natal é a Capital do Estado.
- B) A sede do Governo pode ser alterada definitivamente por portaria do Executivo.
- C) A Capital do Estado é itinerante entre Natal e Mossoró a cada dois anos.
- D) A definição da Capital depende de lei complementar aprovada por dois terços.
- E) O Município de Parnamirim constitui a Capital administrativa descentralizada.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 208**

O artigo 12 da Constituição do Estado estabelece os símbolos oficiais do Rio Grande do Norte existentes na data de sua promulgação. Assinale a opção que indica esses símbolos:

- A) A bandeira, o selo e o hino.
- B) A bandeira, o brasão de armas e o hino.
- C) O brasão de armas, o hino e a imagem do Pico do Cabugi.
- D) A bandeira, o selo oficial e o brasão de armas.
- E) O hino, a bandeira e a marca gráfica estilizada do Governo.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 209**

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios no Estado do Rio Grande do Norte devem preservar a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano. Nos termos do artigo 14, esse processo far-se-á por:

- A) Resolução conjunta das Câmaras Municipais envolvidas.
- B) Lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito.
- C) Decreto do Governador após Estudo de Viabilidade promovido pela assessoria jurídica.
- D) Portaria do Ministério das Cidades confirmada por referendo eleitoral.
- E) Lei complementar municipal aprovada por maioria absoluta nas sedes das comarcas.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 210

A alienação de bens móveis e semoventes do Estado do Rio Grande do Norte submete-se ao regime de licitação pública. O artigo 17, § 2º, estabelece uma hipótese de dispensa de licitação quando o adquirente for:

- A) Empresa privada concessionária de serviço local de gás canalizado.
- B) Pessoa jurídica de direito público interno ou entidade de sua administração indireta.
- C) Cooperativa de garimpeiros cadastrada na Junta Comercial.
- D) Associação de moradores de bairros reconhecida como de utilidade pública.
- E) Fundação privada de apoio à pesquisa científica e tecnológica.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 211

O Estado do Rio Grande do Norte detém a faculdade de explorar serviços locais de relevante interesse público de forma direta ou outorgada. De acordo com o artigo 18, inciso I, compete ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão, na forma da lei:

- A) Os serviços postais e de telégrafo nacional.
- B) Os serviços locais de gás canalizado.
- C) As redes de distribuição de energia elétrica de alta tensão interestaduais.
- D) Os serviços de navegação marítima de longo curso internacional.
- E) O transporte aéreo de passageiros entre os municípios da comarca da capital.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 212

No âmbito da competência legislativa concorrente entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, o artigo 20 elenca diversos ramos do direito e matérias específicas. Assinale a opção que NÃO se enquadra na competência legislativa concorrente do Estado:

- A) Direito tributário e financeiro.
- B) Direito penitenciário, econômico e urbanístico.
- C) Custas dos serviços forenses e produção e consumo.
- D) Direito civil, direito processual penal e direito do trabalho.
- E) Proteção à infância e à juventude e previdência social.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 213

As Leis Orgânicas dos Municípios do Rio Grande do Norte devem observar preceitos e diretrizes

fixados na Carta Estadual. Conforme o artigo 21, inciso I, a eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores dar-se-á para mandato de:

- A) Dois anos, permitida uma recondução.
- B) Três anos, coincidente com as eleições estaduais.
- C) Quatro (4) anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País.
- D) Cinco anos sem direito a reeleição.
- E) Quatro anos, de forma assíncrona entre o Executivo e o Legislativo local.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 214**

No tocante às regras eleitorais aplicáveis aos Municípios potiguares com grande contingente eleitoral, o artigo 21, inciso II, remete às disposições da Constituição Federal. A aplicação das regras do artigo 77 da CF (possibilidade de segundo turno) exige que o Município possua:

- A) População urbana superior a cinquenta mil habitantes.
- B) Mais de duzentos mil eleitores.
- C) Mais de cem mil cidadãos alfabetizados e alistados.
- D) Receita tributária própria superior a vinte por cento do orçamento.
- E) Sede de comarca de entrância mais elevada.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 215**

A data da posse do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal nos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é expressamente fixada na Constituição Estadual. Nos termos do artigo 21, inciso III, a posse ocorrerá no dia:

- A) Primeiro de outubro do ano da eleição.
- B) Primeiro de dezembro do ano do pleito.
- C) Dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
- D) Primeiro de fevereiro em sessão preparatória da Câmara Municipal.
- E) Quinze de novembro em homenagem à Proclamação da República.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 216**

Os Vereadores das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte gozam de imunidade parlamentar material no exercício de suas funções. De acordo com o artigo 21, inciso VIII, essa inviolabilidade abrange suas opiniões, palavras e votos:

- A) Em todo o território do Estado do Rio Grande do Norte.
- B) No exercício do mandato e na circunscrição do Município.
- C) Apenas quando proferidas no recinto físico do Plenário da Câmara.
- D) Sem qualquer restrição geográfica ou temporal no País.
- E) Desde que ratificadas pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 217

O julgamento do Prefeito Municipal no Estado do Rio Grande do Norte por crimes comuns submete-se a foro por prerrogativa de função fixado na Constituição Estadual. Conforme o artigo 21, inciso X, compete o julgamento do Prefeito perante o:

- A) Juízo de Direito da Comarca de sua lotação.
- B) Tribunal de Justiça.
- C) Plenário da Câmara Municipal por maioria de dois terços.
- D) Tribunal de Contas do Estado em sessão especial.
- E) Superior Tribunal de Justiça por simetria federativa.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 218

A criação, organização e supressão de Distritos nos Municípios do Rio Grande do Norte depende de lei complementar e da presença de infraestrutura básica. De acordo com o artigo 24, § 2º, exige-se a implantação e funcionamento de, no mínimo:

- A) Um posto policial, um posto de saúde, um posto de serviço telefônico e uma escola pública.
- B) Uma creche, uma agência bancária, um cartório e uma quadra de esportes.
- C) Um destacamento do Corpo de Bombeiros e uma agência dos correios.
- D) Um posto de atendimento do Ministério Público e uma escola técnica.
- E) Uma delegacia de polícia civil e um hospital regional de emergência.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 219

A intervenção do Estado nos Municípios potiguares pode ocorrer para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial. Nos termos do artigo 25, inciso IV, essa intervenção depende de:

- A) Representação do Procurador-Geral de Justiça provida pelo Tribunal de Justiça.
- B) Requisição do Presidente da Câmara Municipal aprovada por maioria absoluta.
- C) Decreto autônomo do Governador sem necessidade de deliberação judicial.

- D) Parecer prévio favorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.
- E) Autorização expressa por dois terços dos Deputados na Assembleia.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 220**

A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado do Rio Grande do Norte e dos Municípios obedece a princípios expressos no caput do artigo 26. Assinale a alternativa que indica o rol completo desses princípios com a redação dada pela EC nº 13/2014:

- A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) Legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, publicidade e motivação.
- C) Impessoalidade, eficiência, modicidade, celeridade e autotutela.
- D) Legalidade, moralidade, supremacia, indisponibilidade e publicidade.
- E) Moralidade, eficiência, continuidade, segurança jurídica e impessoalidade.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 221**

No tocante às funções de confiança e cargos em comissão na Administração Pública estadual e municipal, a Carta potiguar estabelece destinações e requisitos de ocupação no artigo 26, V. As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se APENAS às atribuições de:

- A) Apoio logístico, execução operacional e atendimento ao público.
- B) Direção, chefia e assessoramento.
- C) Fiscalização tributária, perícia técnica e representação judicial.
- D) Auditoria contábil, consultoria orçamentária e julgamento fiscal.
- E) Segurança ostensiva, custódia de reclusos e policiamento viário.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 222**

O direito de greve dos servidores públicos civis no Estado do Rio Grande do Norte possui previsão constitucional no artigo 26, inciso VII. De acordo com o referido dispositivo, esse direito será exercido:

- A) Livremente, vedada qualquer restrição por parte do Poder Público.
- B) Nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- C) Apenas se autorizado por decisão prévia do Tribunal de Justiça.
- D) Mediante compensação compulsória de horas no mesmo exercício financeiro.
- E) Exclusivamente pelos servidores ocupantes de cargos não efetivos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 223

A Constituição do Estado do Rio Grande do Norte determina que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para determinado grupo de pessoas. Conforme o artigo 26, inciso VIII, essa reserva beneficia:

- A) Os doadores de sangue e de órgãos cadastrados no Estado.
- B) As pessoas portadoras de deficiência.
- C) Os estudantes oriundos de escolas públicas de comarcas do interior.
- D) Os atletas de alto rendimento com títulos estaduais.
- E) Os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e seus dependentes.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 224

A contratação por tempo determinado na Administração Pública do Rio Grande do Norte é hipótese excepcional disciplinada no artigo 26, inciso IX. A lei estabelecerá os casos dessas contratações para atender a:

- A) Necessidade permanente de ampliação do quadro de pessoal efetivo.
- B) Necessidade temporária de excepcional interesse público.
- C) Substituição definitiva de servidores exonerados por avaliação de desempenho.
- D) Projetos de investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.
- E) Atividades de consultoria jurídica auxiliar da Procuradoria-Geral do Estado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 225

A vedação de vincular ou equiparar quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público estadual encontra-se estampada no artigo 26, inciso XIII. Essa proibição visa impedir:

- A) O reajuste automático de vencimentos por índices inflacionários externos sem lei específica.
- B) A concessão de adicionais de insalubridade aos policiais penais.
- C) A instituição de tabelas de subsídios baseadas em parcelas únicas.
- D) O pagamento de verbas indenizatórias de diárias e transporte.
- E) A concessão de abono de permanência aos servidores aptos à aposentadoria.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 226

A Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Norte e dos Municípios é atividade essencial

ao funcionamento estatal exercida por servidores de carreira específica. Nos termos do artigo 26, inciso XXII, a Administração Tributária terá:

- A) Autonomia legislativa para alterar alíquotas do ICMS por meio de resolução.
- B) Recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada com os demais entes federados.
- C) Isenção total de submissão ao teto remuneratório dos Desembargadores.
- D) Competência para julgar crimes de improbidade administrativa sem intervenção judicial.
- E) Prerrogativa de fixar as diretrizes orçamentárias anuais do Estado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 227**

A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do RN poderá ser ampliada mediante instrumento específico a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público. Conforme o artigo 26, § 8º, esse instrumento corresponde a:

- A) Convênio de mútua cooperação fiscal.
- B) Contrato que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- C) Termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público.
- D) Acordo de leniência orçamentária aprovado pela Assembleia Legislativa.
- E) Consórcio público de direito privado com personalidade jurídica própria.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 228**

O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal de servidor do Rio Grande do Norte será contado para fins de aposentadoria no Regime Próprio de Previdência Social. Nos termos do artigo 29, § 10, o tempo de serviço correspondente será contado para fins de:

- A) Promoção automática por merecimento.
- B) Disponibilidade.
- C) Incorporação de gratificação de função comissionada.
- D) Licença prêmio gozada no exterior.
- E) Isenção de imposto de renda retido na fonte.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 229**

A pensão por morte concedida a dependente de servidor público estadual ativo no Rio Grande do Norte submete-se a regras de cálculo atualizadas pela Reforma Previdenciária. Conforme o artigo 29, § 8º, essa pensão será calculada seguindo os critérios de concessão da:

- A) Aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade.
- B) Aposentadoria por incapacidade permanente.
- C) Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição dos professores.
- D) Média aritmética simples de cem por cento das maiores remunerações.
- E) Maior remuneração paga ao cargo efetivo da ativa no mês do óbito.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 230

Os militares do Estado do Rio Grande do Norte são os membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. À luz do artigo 31, caput, essas instituições são organizadas com base em dois pilares estruturantes. Assinale-os:

- A) Legalidade e eficiência.
- B) Hierarquia e disciplina.
- C) Impessoalidade e controle externo.
- D) Celeridade e razoabilidade.
- E) Moralidade e unidade de comando.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 231

As patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte são conferidas por autoridade específica. De acordo com o artigo 31, § 1º, a concessão das patentes compete ao:

- A) Comandante-Geral da Corporação.
- B) Presidente do Tribunal de Justiça.
- C) Governador do Estado.
- D) Presidente da Assembleia Legislativa.
- E) Secretário de Estado da Segurança Pública.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 232

O acesso aos Quadros de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte exige requisitos rígidos. Nos termos do artigo 31, § 3º, esse acesso exige, entre outros requisitos, a aprovação em:

- A) Curso de formação de oficiais.
- B) Exame de ordem promovido pela OAB.

- C) Estágio probatório de cinco anos em comarcas do interior.
- D) Avaliação especial promovida pelo Tribunal Especial.
- E) Curso de pós-graduação em direito penitenciário militar.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 233

A Constituição do Estado do Rio Grande do Norte assegura um patamar remuneratório mínimo ao aluno-soldado das corporações militares estaduais. Conforme o artigo 31, § 4º, ao aluno-soldado é garantido soldo nunca inferior ao:

- A) Salário mínimo vigente.
- B) Menor subsídio pago a servidores civis da administração direta.
- C) Piso salarial profissional nacional da educação.
- D) Cinquenta por cento do soldo de segundo-tenente.
- E) Valor básico da bolsa de estudos da escola de governo.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 234

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte possui órgãos internos fixados na sua estrutura orgânica. Conforme o artigo 33-A, são órgãos da Assembleia Legislativa, exceto:

- A) Plenário, Mesa e Colégio de Líderes.
- B) Comissões e Gabinetes Parlamentares.
- C) Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa.
- D) Tribunal de Contas do Estado.
- E) Outros órgãos instituídos em Resolução.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 235

Os Gabinetes Parlamentares da Assembleia Legislativa do RN são unidades autônomas em relação à estrutura administrativa da Casa. De acordo com o artigo 33-A, § 3º, esses gabinetes constituem-se como a extensão do mandato, dotados de servidores ocupantes de:

- A) Cargos efetivos providos exclusivamente por concurso público.
- B) Cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.
- C) Funções temporárias contratadas por tempo determinado pelo Governador.
- D) Empregos públicos da administração indireta colocados à disposição.
- E) Cargos de procuradores de carreira vinculados à PGE.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 236

Salvo disposição constitucional em contrário, a deliberação dos trabalhos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte exige quóruns de instalação e de aprovação. Nos termos do artigo 34, as deliberações da Assembleia e de suas Comissões são tomadas por:

- A) Maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- B) Maioria absoluta, presente a totalidade dos deputados diplomados.
- C) Três quintos dos votos, independente do quórum de presença.
- D) Dois terços dos votos nominais em sessão secreta.
- E) Unanimidade dos membros componentes da Mesa Diretora.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 237

A convocação de autoridades estaduais para prestarem informações pessoalmente perante a Assembleia Legislativa é mecanismo de controle parlamentar. Conforme o artigo 36, o não comparecimento sem justificativa adequada de Secretário de Estado ou Comandante da PM importa em:

- A) Infração administrativa punível com multa diária do TCE.
- B) Crime de responsabilidade.
- C) Perda automática do cargo por ato do Presidente da Assembleia.
- D) Suspensão dos repasses orçamentários da respectiva pasta.
- E) Anulação de todos os decretos regulamentares emitidos pela autoridade.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 238

A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedidos escritos de informações a Secretários de Estado e dirigentes de órgãos diretamente subordinados ao Governador. Nos termos do artigo 36, § 2º, a recusa, o não atendimento ou a prestação de informações falsas no prazo constitucional caracteriza crime de responsabilidade. Esse prazo para resposta é de:

- A) 10 dias.
- B) 15 dias.
- C) 30 dias.
- D) 45 dias.
- E) 60 dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026

QUESTÃO 239

A perda do mandato de Deputado Estadual no Rio Grande do Norte por não comparecimento às sessões da Assembleia submete-se a um limite quantitativo fixado na Carta Estadual. Perde o mandato o Deputado que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, às sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada, na proporção de:

- A) Metade das sessões.
- B) Terça parte das sessões.
- C) Quarta parte das sessões.
- D) Quinta parte das sessões.
- E) Dez por cento das sessões programadas.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 240**

Nos casos de infringência às proibições do mandato, procedimento incompatível com o decoro parlamentar ou condenação criminal transitada em julgado, a perda do mandato de Deputado Estadual será DECIDIDA pela Assembleia Legislativa. De acordo com o artigo 40, § 2º, essa decisão dar-se-á por:

- A) Maioria simples em votação secreta.
- B) Maioria absoluta e votação nominal.
- C) Dois terços dos votos em sessão fechada ao público.
- D) Ato unilateral e irrecorrível da Mesa Diretora.
- E) Três quintos dos votos apurados eletronicamente.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 241**

A renúncia de parlamentar estadual submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato possui regramento destinado a evitar a frustração da deliberação da Assembleia. Conforme o artigo 40, § 4º, a renúncia nesse contexto:

- A) Extingue imediatamente o processo sem julgamento do mérito.
- B) Terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais sobre a perda do mandato.
- C) Importa em confissão ficta das acusações formuladas na representação.
- D) Converte o processo de perda de mandato em ação de improbidade administrativa.
- E) Impede o parlamentar de concorrer a cargos públicos pelo prazo de dez anos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 242**

O Deputado Estadual licenciado pela Assembleia Legislativa para tratar de interesse particular

sem remuneração afasta-se de suas funções sem perda do mandato, desde que observada uma restrição temporal. Nos termos do artigo 41, II, esse afastamento não poderá ultrapassar, por sessão legislativa:

- A) 30 dias.
- B) 60 dias.
- C) 90 dias.
- D) 120 dias.
- E) 180 dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 243**

A convocação do suplente de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte ocorre em hipóteses taxativas. À luz do artigo 41, § 1º, o suplente é convocado nos casos de vaga, de investidura do titular em funções autorizadas (como Secretário de Estado) ou de licença do titular superior a:

- A) 30 dias.
- B) 60 dias.
- C) 90 dias.
- D) 120 dias.
- E) 150 dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 244**

O encerramento do primeiro período da sessão legislativa ordinária anual da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte não pode ocorrer de forma arbitrária antes da deliberação de matéria orçamentária fundamental. Nos termos do artigo 42, § 2º, a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de:

- A) Plano plurianual de investimentos.
- B) Diretrizes orçamentárias.
- C) Orçamento anual consolidado da seguridade social.
- D) Prestação de contas anual do Governador.
- E) Fixação dos subsídios dos Deputados Estaduais.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 245**

A sanção parcial de um projeto de lei pelo Governador do Estado implica a aposição de veto às

partes não aprovadas. Conforme o artigo 49, § 2º, o veto parcial somente pode abranger:

- A) Palavras isoladas ou expressões sem sentido gramatical completo.
- B) Texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- C) Valores numéricos e tabelas de anexos orçamentários destacadas.
- D) Parágrafos que contenham emendas de iniciativa popular impositivas.
- E) Dispositivos que disponham sobre gratificações de militares da ativa.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 246**

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte pode elaborar leis delegadas mediante autorização do Poder Legislativo. De acordo com o artigo 51, § 2º, a delegação ao Governador tem a forma de:

- A) Lei complementar aprovada por maioria absoluta.
- B) Resolução da Assembleia Legislativa, que deve especificar seu conteúdo e os termos de seu exercício.
- C) Decreto legislativo editado pela Comissão de Constituição e Justiça.
- D) Emenda à Constituição aprovada em dois turnos por três quintos.
- E) Portaria conjunta das Mesas da Assembleia e do Tribunal de Justiça.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 247**

A fiscalização da aplicação de quaisquer recursos financeiros repassados pelo Estado do Rio Grande do Norte a Municípios ou a instituições públicas ou privadas é atribuição de controle externo. Conforme o artigo 53, inciso V, essa fiscalização compete ao:

- A) Tribunal de Contas do Estado.
- B) Secretário de Estado da Transparência e Controle.
- C) Conselho de Secretários Municipais de Finanças.
- D) Ministério Público Federal por delegação de competência.
- E) Banco oficial encarregado da gestão do fundo de previdência.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 248**

A Comissão Permanente de Finanças da Assembleia Legislativa do RN possui atribuições de fiscalização diante de indícios de despesa não autorizada. Nos termos do artigo 54, a Comissão pode solicitar esclarecimentos à autoridade governamental responsável, que deverá prestá-los no prazo de:

- A) 24 horas.
- B) 48 horas.
- C) 5 dias.
- D) 10 dias.
- E) 15 dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 249**

Se a autoridade governamental não prestar os esclarecimentos solicitados pela Comissão Permanente de Finanças no prazo de cinco dias, ou se estes forem considerados insuficientes, a Comissão adotará providência constitucional imediata. De acordo com o artigo 54, § 1º, a Comissão solicitará pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias, ao:

- A) Superior Tribunal de Justiça.
- B) Tribunal de Contas do Estado.
- C) Procurador-Geral de Justiça.
- D) Plenário do Tribunal de Justiça.
- E) Governador do Estado em mensagem de urgência.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026**QUESTÃO 250**

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte possui competência originária para julgar mandados de segurança e habeas data contra atos de autoridades estaduais de cúpula. Conforme o artigo 71, inciso I, alínea "e", o TJRN julga originariamente essas ações impetradas contra atos das seguintes autoridades, exceto:

- A) Do Governador do Estado e da Assembleia Legislativa (seu Presidente, Mesa ou Comissões).
- B) Do próprio Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas (Plenário ou Câmaras) e do Procurador-Geral de Justiça.
- C) Dos Secretários de Estado, Procuradores-Gerais, Comandantes da PM e do Corpo de Bombeiros e Defensor Público-Geral.
- D) Dos Prefeitos de Municípios com população inferior a dez mil habitantes em matéria de IPTU.
- E) Dos Juízes de Primeiro Grau e do Conselho de Justiça Militar.

GABARITO COMENTADO

Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (Questões 201 a 250)

QUESTÃO 201**GABARITO: B**

Fundamentação: Aplicação direta do Art. 2º da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte: "São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". O Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas são órgãos/funções essenciais, não constituindo Poderes autônomos na tripartição clássica.

QUESTÃO 202**GABARITO: C**

Fundamentação: Literalidade do Art. 3º: "O Estado assegura, nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais que a Constituição Federal reconhece a brasileiros e estrangeiros".

QUESTÃO 203**GABARITO: B**

Fundamentação: Conforme o Art. 6º: "A lei coíbe a discriminação política e o favorecimento de partidos ou grupos políticos pelo Estado, autoridades ou servidores estaduais, assegurando ao prejudicado, pessoa física ou jurídica, os meios necessários e adequados à recomposição do tratamento igual para todos".

QUESTÃO 204**GABARITO: E**

Fundamentação: O rol do Art. 8º (redação dada pela EC nº 18/2019) reproduz o artigo 6º da CF/88 (educação, saúde, alimentação, moradia, trabalho, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados). A "livre iniciativa garimpeira" não integra a lista dos direitos sociais.

QUESTÃO 205**GABARITO: D**

Fundamentação: O Art. 10 prevê que a soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. A ação popular é um remédio constitucional de cidadania jurisdicional (Art. 5º, LXXIII, CF), não uma modalidade direta de exercício da soberania popular do rol do Art. 10.

QUESTÃO 206**GABARITO: B**

Fundamentação: Regra de inelegibilidade absoluta estampada no Art. 10, § 2º: "São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos".

QUESTÃO 207**GABARITO: A**

Fundamentação: Determinação do Art. 11: "A cidade do Natal é a Capital do Estado".

QUESTÃO 208**GABARITO: B**

Fundamentação: Enumeração dos símbolos oficiais no Art. 12, caput: "São símbolos do Estado a bandeira, o brasão de armas e o hino, existentes na data da promulgação desta Constituição".

QUESTÃO 209**GABARITO: B**

Fundamentação: Requisitos e instrumento legislativo do Art. 14 (com redação dada pela EC nº 13/2014): "...far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal...".

QUESTÃO 210**GABARITO: B**

Fundamentação: Exceção explícita ao dever de licitar no Art. 17, § 2º: "Dispensa-se licitação quando o adquirente for pessoa jurídica de direito público interno ou entidade de sua administração indireta".

QUESTÃO 211**GABARITO: B**

Fundamentação: Atribuição do Estado prevista no Art. 18, I (redação dada pela EC nº 13/2014): "explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei".

QUESTÃO 212**GABARITO: D**

Fundamentação: O Art. 20 elenca as matérias de competência legislativa concorrente. Direito civil, direito processual penal e direito do trabalho são matérias de competência legislativa PRIVATIVA DA UNIÃO (Art. 22, I, da CF/88), não constando da lista concorrente do estado.

QUESTÃO 213**GABARITO: C**

Fundamentação: Preceito obrigatório das Leis Orgânicas Municipais disposto no Art. 21, I: "eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores para mandato de quatro (4) anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País".

QUESTÃO 214**GABARITO: B**

Fundamentação: Regra de aplicação do segundo turno eleitoral para Prefeitos no Art. 21, II (redação dada pela EC nº 13/2014): "...aplicadas as regras do artigo 77, da Constituição Federal, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores".

QUESTÃO 215**GABARITO: C**

Fundamentação: Data fixa constitucional da posse dos Chefes do Executivo Municipal no Art. 21, III: "posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição".

QUESTÃO 216**GABARITO: B**

Fundamentação: Delimitação espacial e funcional da imunidade material dos Vereadores no Art. 21, VIII: "inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município".

QUESTÃO 217**GABARITO: B**

Fundamentação: Foro por prerrogativa de função de Prefeito Municipal fixado no Art. 21, X: "julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça".

QUESTÃO 218**GABARITO: A**

Fundamentação: Requisitos de infraestrutura básica indispensáveis para a criação de distritos municipais previstos no Art. 24, § 2º: "...depende da implantação e funcionamento de, no mínimo, um posto policial, um posto de saúde, um posto de serviço telefônico e uma escola pública para atender a população".

QUESTÃO 219**GABARITO: A**

Fundamentação: A intervenção estadual para prover a execução de lei ou decisão judicial exige que o Tribunal de Justiça dê provimento a representação formulada pelo Procurador-Geral de Justiça (Art. 25, IV c/c Art. 84, IV).

QUESTÃO 220**GABARITO: A**

Fundamentação: Rol dos princípios constitucionais da Administração Pública no Art. 26, caput: "A administração pública direta e indireta... obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..." (acrônimo LIMPE).

QUESTÃO 221**GABARITO: B**

Fundamentação: Destinação exclusiva de funções de confiança e cargos comissionados posta no Art. 26, V: "...destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento".

QUESTÃO 222**GABARITO: B**

Fundamentação: Regra constitucional do direito de greve civil no Art. 26, VII: "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica".

QUESTÃO 223**GABARITO: B**

Fundamentação: Reserva compulsória de vagas em concursos públicos prevista no Art. 26, VIII: "a lei reserva percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e define os critérios de sua admissão".

QUESTÃO 224**GABARITO: B**

Fundamentação: Hipótese de contratação temporária no Art. 26, IX: "a lei estabelecerá os casos de contratação por

tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público”.

QUESTÃO 225**GABARITO: A**

Fundamentação: O Art. 26, XIII, veda expressamente a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para evitar o efeito “cascata” e reajustes automáticos sem lei específica própria de cada carreira.

QUESTÃO 226**GABARITO: B**

Fundamentação: Garantia de prioridade e integração da administração tributária no Art. 26, XXII: “...terá recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada com os demais entes federados...”.

QUESTÃO 227**GABARITO: B**

Fundamentação: Denominação do instrumento de ampliação da autonomia (Contrato de Desempenho/Gestão) previsto no Art. 26, § 8º: “...ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade...”.

QUESTÃO 228**GABARITO: B**

Fundamentação: Aplicação do tempo de contribuição/serviço no Art. 29, § 10: “O tempo de contribuição... será contado para fins de aposentadoria... e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade”.

QUESTÃO 229**GABARITO: B**

Fundamentação: Regra de cálculo de pensão por morte estabelecida no Art. 29, § 8º (redação dada pela EC nº 20/2020): “A pensão por morte concedida a dependente de servidor público estadual ativo será calculada seguindo os critérios de concessão da aposentadoria por incapacidade permanente...”.

QUESTÃO 230**GABARITO: B**

Fundamentação: Bases institucionais das corporações militares no Art. 31, caput: “Os membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares do Estado”.

QUESTÃO 231**GABARITO: C**

Fundamentação: Competência do Chefe do Executivo disposta no Art. 31, § 1º: “...sendo as patentes dos oficiais conferidas pelo Governador do Estado”.

QUESTÃO 232**GABARITO: A**

Fundamentação: Requisito de ingresso nos quadros de oficiais no Art. 31, § 3º: “O acesso aos Quadros de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar exige, entre outros requisitos, a aprovação em curso de formação de oficiais”.

QUESTÃO 233**GABARITO: A**

Fundamentação: Garantia de soldo mínimo ao aluno-soldado no Art. 31, § 4º: "Ao aluno-soldado é garantido soldo nunca inferior ao salário mínimo vigente".

QUESTÃO 234**GABARITO: D**

Fundamentação: O Art. 33-A (inserido pela EC nº 18/2019) elenca os órgãos da Assembleia Legislativa (Plenário, Mesa, Colégio de Líderes, Comissões, Gabinetes Parlamentares, Procuradoria-Geral). O Tribunal de Contas é órgão autônomo auxiliar do controle externo, não sendo órgão integrante da estrutura interna da AL/RN.

QUESTÃO 235**GABARITO: B**

Fundamentação: Natureza dos cargos do gabinete parlamentar disposta no Art. 33-A, § 3º: "...dotados de servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração..."

QUESTÃO 236**GABARITO: A**

Fundamentação: Quórum geral de deliberação fixado no Art. 34: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembleia Legislativa e de suas Comissões são tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros".

QUESTÃO 237**GABARITO: B**

Fundamentação: Sanção política/constitucional por falta injustificada disposta no Art. 36: "...importando crime de responsabilidade o não comparecimento sem justificativa adequada".

QUESTÃO 238**GABARITO: C**

Fundamentação: Prazo constitucional para resposta a pedidos de informação escritos da AL/RN fixado no Art. 36, § 2º: "...importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta (30) dias, bem como a prestação de informações falsas".

QUESTÃO 239**GABARITO: B**

Fundamentação: Proporção limite de ausências injustificadas que gera a perda do mandato no Art. 40, III: "...que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa, salvo licença ou missão por esta autorizada".

QUESTÃO 240**GABARITO: B**

Fundamentação: Quórum e forma de votação para cassação de mandato parlamentar dispostos no Art. 40, § 2º (redação dada pela EC nº 13/2014): "...a perda do mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta e votação nominal..."

QUESTÃO 241**GABARITO: B**

Fundamentação: Regra de indisponibilidade da renúncia em curso de processo de cassação no Art. 40, § 4º: "A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato... terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais..."

QUESTÃO 242**GABARITO: D**

Fundamentação: Teto temporal para licença por interesse particular no Art. 41, II: "...desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte (120) dias por sessão legislativa".

QUESTÃO 243**GABARITO: D**

Fundamentação: Marco temporal de licença do titular para convocação do suplente no Art. 41, § 1º: "O suplente é convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte (120) dias".

QUESTÃO 244**GABARITO: B**

Fundamentação: Vínculo de encerramento do primeiro período legislativo ao orçamento no Art. 42, § 2º: "A sessão legislativa não é interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias".

QUESTÃO 245**GABARITO: B**

Fundamentação: Vedação do veto a palavras isoladas e delimitação de abrangência no Art. 49, § 2º: "O veto parcial somente pode abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea".

QUESTÃO 246**GABARITO: B**

Fundamentação: Instrumento normativo de delegação legislativa no Art. 51, § 2º: "A delegação ao Governador do Estado tem forma de resolução da Assembleia Legislativa, que deve especificar seu conteúdo e os termos de seu exercício".

QUESTÃO 247**GABARITO: A**

Fundamentação: Atribuição de controle externo sobre repasses e convênios estaduais prevista no Art. 53, V: "fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado a Município e a instituições públicas ou privadas".

QUESTÃO 248**GABARITO: C**

Fundamentação: Prazo de esclarecimentos sobre despesa não autorizada no Art. 54: "...pode solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco (5) dias, preste os esclarecimentos necessários".

QUESTÃO 249**GABARITO: B**

Fundamentação: Providência técnica no Art. 54, § 1º: "Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a Comissão solicita ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta (30) dias".

QUESTÃO 250**GABARITO: D**

Fundamentação: O rol de competência originária do TJRN para mandados de segurança e habeas data consta no Art. 71, I, "e". A autoridade de Prefeito Municipal não está incluída no foro originário de MS perante o Tribunal de Justiça (a competência para MS contra atos de Prefeito é dos Juízes de Primeiro Grau de Direito).

EP CONCURSOS

CADERNO DE QUESTÕES — BLOCO 2 (QUESTÕES 201 A 250)

Direito Constitucional Estadual — Rio Grande do Norte

Nome do Aluno: Data: __/__/2026 Acertos: __/50

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 201

Nos termos do artigo 1º, parágrafo único, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, todo o poder emana do povo, que o exerce:

- A) Exclusivamente por meio de representantes eleitos no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo.
- B) Por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.
- C) Apenas diretamente por meio de plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- D) Por intermédio dos partidos políticos e das centrais sindicais de âmbito estadual.
- E) Exclusivamente mediante sufrágio universal nas eleições gerais ordinárias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 202

Conforme o artigo 5º, § 1º, da Carta Estadual Potiguar, a publicação semestral da relação nominal dos presos, contendo a pena de cada um e o início de seu cumprimento, cabe a qual órgão?

- A) Ao Conselho Penitenciário do Estado.
- B) À Secretaria de Administração Penitenciária (Polícia Penal).
- C) Ao Poder Judiciário, pelo Juízo das Execuções Penais.
- D) À Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.
- E) À Defensoria Pública do Estado em conjunto com a OAB/RN.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 203

Considere o regramento sobre o fornecimento de informações públicas no Estado do Rio Grande do Norte (Art. 7º). Caso a autoridade responsável se recuse ou se omita a prestar as informações no prazo legal de 10 dias, e não sendo hipótese de habeas data, o Juiz competente, ouvido quem as deva prestar no prazo de 24 horas, decidirá em:

- A) 48 horas.
- B) 3 dias.
- C) 5 dias.
- D) 10 dias.
- E) 15 dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 204

Em relação aos limites das despesas do Poder Legislativo Municipal, o artigo 21, VII, da Constituição do Estado estabelece que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de:

- A) 3% da receita do Município.
- B) 5% da receita do Município.
- C) 7% da receita corrente líquida municipal.

- D) 10% da receita tributária própria.
- E) 2% do orçamento fiscal consolidado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 205

No âmbito do controle externo municipal, o artigo 22, § 2º, da Carta Estadual determina que o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais do Prefeito só deixa de prevalecer por decisão de:

- A) Maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- B) Dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.
- C) Três quintos (3/5) dos membros da Câmara Municipal.
- D) Maioria simples dos Vereadores presentes na sessão.
- E) Unanimidade da Comissão de Finanças da Câmara.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 206

Conforme o artigo 23, parágrafo único, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, a alienação de bens dos Municípios exige autorização legislativa e licitação, sendo DISPENSADA a licitação quando o adquirente for:

- A) Concessionária privada de transporte coletivo urbano.
- B) Pessoa jurídica de direito público interno ou entidade de sua administração indireta.
- C) Associação de moradores declarada de utilidade pública municipal.
- D) Empresa privada vencedora de certame de parceria público-privada.
- E) Cooperativa de catadores de materiais recicláveis do Município.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 207

A decretação de intervenção do Estado no Município por não aplicação do mínimo exigido da receita nas ações e serviços públicos de saúde ou na manutenção e desenvolvimento do ensino submete-se à apreciação do Poder Legislativo. O artigo 25, § 1º, estabelece que o decreto é submetido à Assembleia Legislativa no prazo de:

- A) 12 horas.
- B) 24 horas.
- C) 48 horas.
- D) 72 horas.
- E) 5 dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 208

Nos termos do artigo 26, III, da Constituição Estadual, o prazo de validade de concurso público para investidura em cargo ou emprego na Administração Pública do Estado é de:

- A) 1 ano, prorrogável quantas vezes forem necessárias.
- B) Até 2 anos, improrrogável.
- C) Até 2 anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- D) 3 anos, prorrogável por mais 1 ano.
- E) Até 4 anos, vedada qualquer prorrogação.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 209

Com exceção das provas para ingresso na Magistratura, o artigo 26, § 6º, exige obrigatoriamente, sob pena de nulidade, a inclusão em comissões de concurso público na administração direta ou indireta do Estado de:

- A) Um membro da OAB e um auditor do Tribunal de Contas.
- B) Um membro do Ministério Público e um representante eleito pelos servidores do órgão.
- C) Um Procurador do Estado e um Deputado Estadual.
- D) Um membro da Defensoria Pública e um representante da Secretaria de Administração.
- E) Um delegado de polícia e um integrante da comissão de direitos humanos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 210

Em conformidade com o artigo 26, § 11, da Constituição Estadual, para efeito da aplicação do teto remuneratório constitucional no serviço público estadual:

- A) Serão computadas todas as parcelas indenizatórias e gratificações de gabinete.
- B) Não serão computadas as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.
- C) Computam-se apenas os auxílios alimentação e moradia percebidos por ocupantes de cargo em comissão.
- D) Excluem-se exclusivamente os adicionais por tempo de serviço incorporados até 1988.
- E) Considera-se a soma bruta de todas as vantagens sem qualquer ressalva legal.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 211

O servidor público titular de cargo efetivo investido no mandato eletivo de Vereador, havendo compatibilidade de horários, submete-se à seguinte regra constante no artigo 27, III, da Carta Estadual:

- A) Fica compulsoriamente afastado do cargo efetivo, optando por uma das remunerações.
- B) Percebe as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- C) Deve licenciar-se do cargo efetivo com perda de cinquenta por cento dos vencimentos.
- D) É promovido automaticamente por merecimento na carreira durante todo o mandato.
- E) Perde o cargo efetivo se este for exercido em comarca do interior do Estado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 212

À luz do artigo 28, § 5º, os vencimentos dos servidores públicos estaduais da administração direta, indireta, autárquica e fundacional são pagos até o último dia de cada mês, e, caso o pagamento ocorra além desse prazo:

- A) O Secretário de Administração responde por crime de improbidade automática.
- B) Os seus valores são corrigidos monetariamente.
- C) Aplica-se multa compensatória fixa de dez por cento sobre a folha.
- D) O servidor adquire direito a três dias de folga compensatória no mês seguinte.
- E) Os proventos são convertidos em títulos executivos judiciais impositivos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 213

A aposentadoria compulsória no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Estado do Rio Grande do Norte ocorre, nos termos do artigo 29, § 2º, II (com redação dada pela EC nº 20/2020), aos:

- A) 70 anos de idade, com proventos integrais.
- B) 75 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- C) 70 anos de idade para homens e 65 anos para mulheres.
- D) 75 anos de idade, com proventos integrais independentemente de contribuição.
- E) 65 anos de idade para todas as carreiras jurídicas e policiais.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 214

No tocante à aposentadoria de ocupantes do cargo de professor que comprovem tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil, ensino fundamental e médio, o artigo 29, § 6º, assegura a redução da idade mínima em:

- A) 3 anos.
- B) 5 anos.
- C) 7 anos.
- D) 10 anos.
- E) 2 anos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 215

À luz do artigo 30, caput, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público tornam-se estáveis após:

- A) 2 anos de efetivo exercício.
- B) 3 anos de efetivo exercício.
- C) 5 anos de efetivo exercício.
- D) 18 meses de estágio probatório.
- E) 4 anos de efetivo exercício e aprovação em mestrado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 216

A estabilidade no cargo não impede a perda da função pública pelo servidor público estável nas hipóteses autorizadas na Constituição Estadual. Conforme o artigo 30, § 1º, o servidor estável NÃO perderá o cargo por:

- A) Sentença judicial transitada em julgado.
- B) Processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- C) Procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- D) Decisão discricionária do Chefe do Executivo por motivo de conveniência política.
- E) Excesso de despesa total com pessoal nos termos do artigo 110.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 217

Conforme o artigo 33, § 2º, da Carta Estadual Potiguar, o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis (36), é acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de:

- A) 8.
- B) 10.
- C) 12.
- D) 15.
- E) 16.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 218

A aprovação de convênios intermunicipais de fixação de limites e a autorização para o Governador se ausentar do País por mais de 15 dias constituem competências privativas de qual órgão do Estado?

- A) Do Tribunal de Justiça do Estado do RN.

- B) Da Assembleia Legislativa (Art. 35).
- C) Do Tribunal de Contas do Estado.
- D) Do Conselho de Governo e Planejamento.
- E) Da Procuradoria-Geral do Estado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 219

A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedidos escritos de informações a Secretários de Estado e titulares de órgãos subordinados ao Governador. Nos termos do artigo 36, § 2º, a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informações falsas importa em:

- A) Infração disciplinar leve aplicável pela Ouvidoria.
- B) Crime de responsabilidade.
- C) Suspensão dos vencimentos do Secretário por 60 dias.
- D) Perda imediata dos direitos políticos da autoridade.
- E) Nulidade de todas as portarias editadas no bimestre.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 220

Desde a expedição do diploma, os Deputados Estaduais do Rio Grande do Norte não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. De acordo com o artigo 38, § 1º, ocorrendo essa hipótese, os autos serão remetidos à Assembleia Legislativa em até 24 horas para que resolva sobre a prisão pelo voto de:

- A) Maioria simples de seus membros.
- B) Maioria de seus membros, em votação nominal.
- C) Dois terços dos Deputados em votação secreta.
- D) Três quintos dos parlamentares presentes na sessão.
- E) Unanimidade dos integrantes da Mesa Diretora.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 221

Desde a POSSE, é vedado ao Deputado Estadual do Rio Grande do Norte (Art. 39, II):

- A) Firmar contrato com empresa concessionária de serviço público sob cláusulas uniformes.
- B) Patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, autarquia ou empresa pública.
- C) Aceitar cargo remunerado em empresa estatal de que seja demissível ad nutum.
- D) Manter vínculo estatutário anterior que tenha sido suspenso antes da diplomação.
- E) Exercer atividades de magistério em universidades estaduais públicas.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 222

A perda do mandato de Deputado Estadual que infringir proibições constitucionais ou cujo procedimento for declarado incompatível com o decore parlamentar será DECIDIDA pela Assembleia Legislativa por voto nominal e pelo quórum de (Art. 40, § 2º):

- A) Maioria simples.
- B) Maioria absoluta.
- C) Dois terços dos membros.
- D) Três quintos dos membros.
- E) Unanimidade dos presentes.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 223

Nos termos do artigo 41, I, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, NÃO perde o mandato o Deputado Estadual investido no cargo de:

- A) Prefeito de Município do interior do Estado.
- B) Presidente de autarquia municipal ou fundação privada.
- C) Ministro de Estado, Secretário deste Estado, da Prefeitura da Capital ou chefe de missão diplomática temporária.
- D) Diretor-Geral de empresa de economia mista estadual.
- E) Comandante-Geral da Polícia Militar ou Polícia Penal.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 224

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte reúne-se anualmente em sessão legislativa ordinária de (Art. 42, caput):

- A) 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro.
- B) 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- C) 15 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
- D) 2 de janeiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 30 de novembro.
- E) 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 225

A criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) no âmbito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte para a apuração de fato determinado e por prazo certo exige o requerimento de (Art. 43, § 3º):

- A) Maioria absoluta de seus membros.
- B) Um terço (1/3) de seus membros.
- C) Dois terços (2/3) de seus membros.
- D) Três quintos (3/5) dos deputados em efetivo exercício.
- E) Unanimidade dos líderes dos partidos de oposição.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 226

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de iniciativa popular no Estado do Rio Grande do Norte deve ser subscrita, no mínimo, por (Art. 45, III):

- A) 1% do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos 10 municípios.
- B) 3% do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em três quintos dos Municípios do Estado.
- C) 5% do eleitorado estadual concentrado na capital.
- D) 2% dos cidadãos alfabetizados do Estado.
- E) 10% dos eleitores de cada microrregião metropolitana.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 227

A Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Rio Grande do Norte é discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver em ambos o quórum de (Art. 45, § 2º):

- A) Maioria simples dos votos.
- B) Maioria absoluta dos votos dos membros da Assembleia.
- C) Três quintos (3/5) dos votos dos membros da Assembleia.
- D) Dois terços (2/3) dos votos dos membros da Assembleia.
- E) Unanimidade dos parlamentares presentes.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 228

Nos termos do artigo 46, § 1º, da Constituição Estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

- A) Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- B) Fixação do subsídio dos Deputados Estaduais e dos Conselheiros do TCE.
- C) Servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- D) Regimento interno e serviços auxiliares da Assembleia Legislativa.
- E) Criação de cargos e remuneração da Defensoria Pública do Estado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 229

Se o Governador do Estado solicitar urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa e a Assembleia não se manifestar em até 45 dias, sobrestáveis são as demais deliberações. Conforme o artigo 47, § 3º, esse prazo de 45 dias:

- A) Corre ininterruptamente, inclusive nos períodos de recesso parlamentar.
- B) Não corre nos períodos de recesso da Assembleia Legislativa, nem se aplica aos projetos de código.
- C) É contado em dias úteis e aplica-se estritamente às propostas de emenda à constituição.
- D) É reduzido pela metade se o projeto versar sobre tributação do ICMS.
- E) Pode ser prorrogado por mais 90 dias mediante decreto autônomo.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 230

As leis complementares estaduais são aprovadas na Assembleia Legislativa pelo quórum de (Art. 48, caput):

- A) Maioria simples.
- B) Maioria absoluta.
- C) Três quintos dos membros.
- D) Dois terços dos membros.
- E) Unanimidade dos presentes.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 231

Sancionado o projeto de lei ou rejeitado o veto pelo Poder Legislativo, se a lei não for promulgada dentro de 48 horas pelo Governador do Estado, a competência para promulgá-la cabe, sucessivamente, ao (Art. 49, § 7º):

- A) Procurador-Geral do Estado e ao Consultor-Geral.
- B) Presidente da Assembleia Legislativa e ao Vice-Presidente da Assembleia Legislativa.
- C) Presidente do Tribunal de Justiça e ao Desembargador Decano.
- D) Primeiro Secretário da Mesa e ao Relator da Matéria.
- E) Procurador-Geral de Justiça e ao Defensor Público-Geral.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 232

A matéria constante de projeto de lei REJEITADO na Assembleia Legislativa somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de (Art. 50):

- A) Um terço dos membros da Assembleia.
- B) Maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa.
- C) Dois terços dos deputados em votação nominal.

- D) Qualquer Deputado com apoio da Mesa Diretora.
- E) Três quintos dos integrantes da Comissão de Justiça.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 233

No exercício do controle externo, a Assembleia Legislativa poderá sustar os efeitos de decisões cautelares (inclusive sobre multa) proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado e por seus membros, até o julgamento do mérito, mediante aprovação de (Art. 53, § 8º):

- A) Maioria simples de seus membros.
- B) Maioria absoluta de seus membros.
- C) 2/3 (dois terços) de seus membros.
- D) 3/5 (três quintos) de seus membros.
- E) Unanimidade dos integrantes do Colégio de Líderes.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 234

Conforme o artigo 55-A, parágrafo único (incluído pela EC nº 24/2024), o órgão central do sistema permanente de monitoramento e avaliação de políticas públicas do Estado do Rio Grande do Norte é:

- A) O Tribunal de Contas do Estado.
- B) A Controladoria-Geral do Estado.
- C) A Assembleia Legislativa.
- D) A Secretaria de Estado do Planejamento.
- E) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 235

Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, em número de sete, são escolhidos dentre brasileiros com idade compreendida entre (Art. 56, § 1º, alterado pela EC nº 24/2024):

- A) Mais de 30 e menos de 65 anos.
- B) Mais de 35 e menos de 70 anos de idade.
- C) Mais de 35 e menos de 65 anos.
- D) Mais de 30 e menos de 70 anos.
- E) Mais de 40 e menos de 75 anos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 236

Das sete (7) vagas de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do RN, a escolha de quatro (4) membros compete privativamente a qual órgão? (Art. 56, § 2º, II):

- A) Ao Governador do Estado.
- B) À Assembleia Legislativa.
- C) Ao Tribunal de Justiça do Estado.
- D) Ao Ministério Público junto ao TCE.
- E) Ao Conselho Seccional da OAB/RN.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 237

Se nenhum candidato a Governador alcançar a maioria absoluta de votos na primeira votação, faz-se nova eleição em até 20 dias após a proclamação do resultado. O artigo 57, § 6º, estabelece que, se remanescer em segundo lugar mais de um candidato com a mesma votação, qualifica-se:

- A) O candidato que tiver maior tempo de filiação partidária.

- B) O candidato mais idoso.
- C) O candidato com maior grau de escolaridade.
- D) O candidato do partido com maior bancada na Assembleia.
- E) O candidato que tiver exercido mandato público anteriormente.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 238

Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado nos dois primeiros anos do período governamental, realiza-se eleição direta. Se a vacância ocorrer no TERCEIRO ano do período governamental, a eleição para ambos os cargos é feita (Art. 61, § 1º):

- A) Direta, noventa dias depois da última vaga.
- B) Trinta (30) dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei.
- C) Pelo Tribunal de Justiça, dentre os Desembargadores.
- D) De forma direta, no primeiro domingo de outubro do mesmo ano.
- E) Pelo Conselho de Governo em votação secreta.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 239

O Governador do Estado perderá o mandato se se ausentar do território do Estado sem prévia licença da Assembleia Legislativa por mais de (Art. 62, II):

- A) 10 dias.
- B) 15 dias.
- C) 30 dias.
- D) 45 dias.
- E) 60 dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 240

Nos termos do artigo 65, § 1º, o Governador do Estado do Rio Grande do Norte é submetido a julgamento, nos crimes comuns, perante o:

- A) Tribunal de Justiça do Estado do RN.
- B) Superior Tribunal de Justiça.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Tribunal Especial composto por Deputados e Desembargadores.
- E) Senado Federal após autorização da Assembleia.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 241

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte compõe-se de quantos Desembargadores? (Art. 70, parágrafo único):

- A) 11 desembargadores.
- B) 15 desembargadores.
- C) 19 desembargadores.
- D) 21 desembargadores.
- E) 27 desembargadores.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 242

No Tribunal de Justiça do Estado do RN, a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público exige o voto da (Art. 71, § 1º):

- A) Maioria simples de seus membros.

- B) Maioria absoluta de seus membros.
- C) Dois terços dos Desembargadores componentes do Plenário.
- D) Três quintos das Câmaras Cíveis Reunidas.
- E) Unanimidade dos integrantes do Órgão Especial.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 243

A vitaliciedade dos magistrados estaduais de primeiro grau é adquirida, nos termos do artigo 73, XV, "a", após:

- A) 1 ano de efetivo exercício na comarca inicial.
- B) 2 anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal de Justiça.
- C) 3 anos de estágio probatório e aprovação em curso de pós-graduação.
- D) 5 anos de exercício em vara única do interior do Estado.
- E) 2 anos, automática e independentemente de qualquer deliberação.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 244

Os Desembargadores do Tribunal de Justiça nas vagas do Quinto Constitucional (Ministério Público e Advocacia) são nomeados pelo Governador do Estado, no prazo de até 10 dias, a partir de (Art. 74):

- A) Lista sêxtupla enviada diretamente pelo MP ou OAB.
- B) Lista tríplice formada e enviada pelo Tribunal de Justiça.
- C) Indicação unânime aprovada pela Assembleia Legislativa.
- D) Eleição direta realizada entre os membros das respectivas categorias.
- E) Seleção pública promovida pelo Conselho Nacional de Justiça.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 245

Conforme o artigo 83, caput, da Carta Estadual, o Procurador-Geral de Justiça, chefe do Ministério Público do Estado do RN, é nomeado pelo Governador dentre integrantes da carreira para um mandato de:

- A) 2 anos, vedada a recondução.
- B) 2 anos, permitida uma recondução.
- C) 4 anos improrrogáveis.
- D) 3 anos, permitidas sucessivas reconduções.
- E) 1 ano, permitida uma recondução.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 246

À luz do artigo 86 da Constituição do Estado, a representação judicial, extrajudicial e a consultoria jurídica do Estado, das autarquias e das fundações públicas cabem privativamente à:

- A) Consultoria-Geral do Estado.
- B) Procuradoria-Geral do Estado.
- C) Defensoria Pública do Estado.
- D) Assessoria Técnica da Assembleia Legislativa.
- E) Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 247

Conforme o artigo 90, § 1º, da Carta Potiguar, a Polícia Civil é dirigida por Delegado de Polícia

de carreira escolhido e nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes da:

- A) Primeira classe.
- B) Segunda classe.
- C) Última classe da carreira.
- D) Classe especial com mais de vinte anos de serviço.
- E) Lista tríplice eleita pelos delegados ativos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 248

À exceção do ICMS (Art. 98, II), NENHUM outro imposto estadual ou municipal poderá incidir sobre (Art. 98, § 5º):

- A) Comércio de produtos eletrônicos de consumo e vestuário.
- B) Operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.
- C) Venda de bens imóveis urbanos desapropriados para fins sociais.
- D) Prestação de serviços de transporte escolar e saúde privada.
- E) Operações de arrendamento mercantil de veículos automotores.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 249

O produto da arrecadação do IPVA referente a veículos automotores licenciados nos territórios municipais pertence parcialmente aos Municípios. O artigo 101, I, estabelece o repasse no percentual de:

- A) 25%.
- B) 50%.
- C) 70%.
- D) 100%.
- E) 30%.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 QUESTÃO 250

Nos termos do artigo 109 da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública ser-lhes-ão entregues em duodécimos até o dia:

- A) 5 de cada mês.
- B) 10 de cada mês.
- C) 15 de cada mês.
- D) 20 de cada mês.
- E) Último dia útil de cada mês.

FOLHA DE RESPOSTAS — GABARITO SINTÉTICO

Q.	Gab.	Q.	Gab.	Q.	Gab.	Q.	Gab.	Q.	Gab.
201	B	211	B	221	B	231	B	241	B
202	C	212	B	222	B	232	B	242	B
203	C	213	B	223	C	233	C	243	B
204	B	214	C	224	B	234	C	244	B
205	B	215	B	225	B	235	B	245	B
206	B	216	D	226	B	236	B	246	B
207	B	217	C	227	C	237	B	247	C
208	C	218	B	228	C	238	B	248	B
209	B	219	B	229	B	239	C	249	B
210	B	220	B	230	B	240	B	250	D

GABARITO COMENTADO DETALHADO

QUESTÃO 201 – GABARITO: B

Comentário: Aplicação direta da redação do Art. 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce, por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

QUESTÃO 202 – GABARITO: C

Comentário: Conforme o Art. 5º, § 1º: “O Poder Judiciário, pelo Juízo das Execuções Penais, pública, semestralmente, relação nominal dos presos, fazendo constar a pena de cada um e o início de seu cumprimento”.

QUESTÃO 203 – GABARITO: C

Comentário: Prazo de decisão judicial no rito de fornecimento de informações do Art. 7º: “...devido o Juiz competente, ouvido quem as deva prestar, no prazo de vinte e quatro (24) horas, decidir, em cinco (5) dias...”.

QUESTÃO 204 – GABARITO: B

Comentário: Limite financeiro da remuneração dos Vereadores fixado no Art. 21, VII: “o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento (5%) da receita do Município...”.

QUESTÃO 205 – GABARITO: B

Comentário: Quórum de rejeição do parecer prévio do TCE em contas municipais no Art. 22, § 2º: “O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado... só deixa de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal”.

QUESTÃO 206 – GABARITO: B

Comentário: Exceção à regra de licitação para alienação de bens municipais contida no Art. 23, parágrafo único: “É dispensada a licitação quando o adquirente for pessoa jurídica de direito público interno ou entidade de sua administração indireta”.

QUESTÃO 207 – GABARITO: B

Comentário: Prazo de submissão do decreto de intervenção estadual à Assembleia Legislativa previsto no Art. 25, § 1º: “...é submetido à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro (24) horas”.

QUESTÃO 208 – GABARITO: C

Comentário: Limite de validade dos concursos públicos estaduais no Art. 26, III: “o prazo de validade de concurso público é de até dois (2) anos, prorrogável uma vez, por igual período”.

QUESTÃO 209 – GABARITO: B

Comentário: Composição compulsória das comissões de concurso público no Art. 26, § 6º: “...é obrigatória, sob pena de nulidade, a inclusão de um (1) membro do Ministério Público e de um (1) representante eleito, por voto direto e secreto, pelos servidores do órgão para o qual é feito o concurso”.

QUESTÃO 210 – GABARITO: B

Comentário: Não cômputo das parcelas indenizatórias legais no teto remuneratório disposto no Art. 26, § 11: “Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios... as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei”.

QUESTÃO 211 – GABARITO: B

Comentário: Regra de cumulação do mandato de Vereador por compatibilidade de horários no Art. 27, III: “...havendo compatibilidade de horários, percebe as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo...”.

QUESTÃO 212 – GABARITO: B

Comentário: Regra de data limite e atualização monetária no pagamento dos servidores no Art. 28, § 5º: “...são pagos até o último dia de cada mês, corrigindo-se monetariamente os seus valores, se o pagamento se der além desse prazo”.

QUESTÃO 213 – GABARITO: B

Comentário: Idade e proporcionalidade da aposentadoria compulsória pós-EC nº 20/2020 no Art. 29, § 2º, II: “compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição”.

QUESTÃO 214 – GABARITO: C

Comentário: Redução da idade de aposentadoria dos professores no Art. 29, § 6º: “Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 7 (sete) anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 2º...”.

QUESTÃO 215 – GABARITO: B

Comentário: Prazo constitucional para aquisição de estabilidade no cargo efetivo no Art. 30, caput: “São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”.

QUESTÃO 216 – GABARITO: D

Comentário: O rol do Art. 30, § 1º, é taxativo quanto às hipóteses de perda do cargo pelo servidor estável (sentença judicial, processo administrativo ou avaliação periódica). A exoneração por conveniência política/discrecional é sumariamente vedada no regime estatutário.

QUESTÃO 217 – GABARITO: C

Comentário: Cálculo da composição da Assembleia Legislativa no Art. 33, § 2º: “...corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis (36), é acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze (12)”.

QUESTÃO 218 – GABARITO: B

Comentário: Atribuições privativas do Poder Legislativo Estadual estampadas no Art. 35, III e XIX, “b”.

QUESTÃO 219 – GABARITO: B

Comentário: Sanção por descumprimento de pedidos escritos de informação da AL/RN no Art.

36, § 2º: "...importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta (30) dias, bem como a prestação de informações falsas".

QUESTÃO 220 – GABARITO: B

Comentário: Deliberação sobre prisão em flagrante de crime inafiançável de Deputado Estadual no Art. 38, § 1º: "...para que, pelo voto da maioria de seus membros, em votação nominal, resolva sobre a prisão".

QUESTÃO 221 – GABARITO: B

Comentário: Vedações impostas "desde a posse" aos parlamentares no Art. 39, II, "c": "patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, 'a'".

QUESTÃO 222 – GABARITO: B

Comentário: Quórum de cassação do mandato parlamentar no Art. 40, § 2º: "...a perda do mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta e votação nominal...".

QUESTÃO 223 – GABARITO: C

Comentário: Exceção à perda do mandato por investidura em cargos do Executivo/diplomacia no Art. 41, I.

QUESTÃO 224 – GABARITO: B

Comentário: Datas da sessão legislativa ordinária anual no Art. 42, caput: "de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro".

QUESTÃO 225 – GABARITO: B

Comentário: Quórum de requerimento para criação de CPI na AL/RN no Art. 43, § 3º: "...são criadas pela Assembleia Legislativa, mediante requerimento de um terço (1/3) de seus membros...".

QUESTÃO 226 – GABARITO: B

Comentário: Requisitos de subsistência de PEC popular no Art. 45, III: "...subscrita por, no mínimo, três por cento do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em três quintos dos Municípios do Estado".

QUESTÃO 227 – GABARITO: C

Comentário: Quórum qualificado de aprovação de PEC no Art. 45, § 2º: "...considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos (3/5) dos votos dos membros da Assembleia".

QUESTÃO 228 – GABARITO: C

Comentário: Iniciativa privativa do Governador em matéria de pessoal do Executivo no Art. 46, § 1º, II, "b".

QUESTÃO 229 – GABARITO: B

Comentário: Regras de contagem do prazo do regime de urgência solicitada pelo Governador no Art. 47, § 3º: "O prazo de quarenta e cinco (45) dias, de que trata o § 2º, não corre nos períodos de recesso da Assembleia Legislativa, nem se aplica aos projetos de código".

QUESTÃO 230 – GABARITO: B

Comentário: Quórum de aprovação de leis complementares no Art. 48, caput: "As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta".

QUESTÃO 231 – GABARITO: B

Comentário: Ordem sucessiva de promulgação pelo Poder Legislativo no Art. 49, § 7º: "...o Presidente da Assembleia Legislativa a promulga, e, se este não o fizer em igual prazo, cabe ao Vice-Presidente da Assembleia Legislativa fazê-lo".

QUESTÃO 232 – GABARITO: B

Comentário: Princípio da irrepetibilidade anual de projetos de lei no Art. 50: “A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa”.

QUESTÃO 233 – GABARITO: C

Comentário: Sustação parlamentar de decisões cautelares do TCE no Art. 53, § 8º: “...a Assembleia Legislativa poderá, por aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros, sustar os efeitos das decisões cautelares...”.

QUESTÃO 234 – GABARITO: C

Comentário: Atribuição do órgão central do sistema de avaliação de políticas públicas no Art. 55-A, parágrafo único: “O órgão central do sistema permanente de monitoramento e avaliação de políticas públicas é a Assembleia Legislativa...”.

QUESTÃO 235 – GABARITO: B

Comentário: Limites etários de escolha de Conselheiros do TCE/RN no Art. 56, § 1º (alterado pela EC nº 24/2024): “...escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco (35) e menos de setenta (70) anos de idade...”.

QUESTÃO 236 – GABARITO: B

Comentário: Divisão das vagas do Tribunal de Contas do Estado no Art. 56, § 2º, II: “quatro (4), pela Assembleia Legislativa”.

QUESTÃO 237 – GABARITO: B

Comentário: Critério de desempate para qualificação em segundo turno no Art. 57, § 6º: “Se... remanescer, em segundo lugar, mais de um (1) candidato com a mesma votação, qualifica-se o mais idoso”.

QUESTÃO 238 – GABARITO: B

Comentário: Regra de eleição indireta pela AL no terceiro ano de mandato no Art. 61, § 1º: “Ocorrendo a vacância no terceiro ano do período governamental, a eleição para ambos os cargos é feita, trinta (30) dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei”.

QUESTÃO 239 – GABARITO: C

Comentário: Prazo máximo de ausência do Estado sem licença que resulta na perda do mandato governamental no Art. 62, II: “ausência do território do Estado, por mais de trinta (30) dias...”.

QUESTÃO 240 – GABARITO: B

Comentário: Foro por prerrogativa de função do Governador em crimes comuns no Art. 65, § 1º: “O Governador é submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns...”.

QUESTÃO 241 – GABARITO: B

Comentário: Composição numérica do TJRN fixada no Art. 70, parágrafo único: “O Tribunal de Justiça compõe-se de 15 (quinze) desembargadores”.

QUESTÃO 242 – GABARITO: B

Comentário: Cláusula de reserva de plenário no TJRN estampada no Art. 71, § 1º: “Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros pode o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público”.

QUESTÃO 243 – GABARITO: B

Comentário: Prazo para vitaliciedade no primeiro grau da magistratura no Art. 73, XV, “a”: “vitaliciedade, que, no primeiro grau, só é adquirida após dois (2) anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal de Justiça...”.

QUESTÃO 244 – GABARITO: B

Comentário: Rito de nomeação do Quinto Constitucional no Art. 74: “Os Desembargadores do Tribunal de Justiça, nas vagas destinadas aos membros do Ministério Público ou da Advocacia, serão nomeados pelo Governador do Estado, em até 10 (dez) dias contados do recebimento da lista tríplice enviada pelo Tribunal de Justiça”.

QUESTÃO 245 – GABARITO: B

Comentário: Mandado e recondução do Procurador-Geral de Justiça no Art. 83, caput: “...para mandato de dois (2) anos, permitida uma recondução”.

QUESTÃO 246 – GABARITO: B

Comentário: Atribuições institucionais da Procuradoria-Geral do Estado dispostas no Art. 86: “...exercerá a representação judicial, extrajudicial e a consultoria jurídica do Estado, das autarquias e das fundações públicas...”.

QUESTÃO 247 – GABARITO: C

Comentário: Requisito de classe do Chefe da Polícia Civil no Art. 90, § 1º: “À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia de carreira escolhido e nomeado pelo Governador do Estado, dentre os integrantes da última classe...”.

QUESTÃO 248 – GABARITO: B

Comentário: Imunidade de impostos estaduais e municipais além do ICMS no Art. 98, § 5º: “À exceção dos impostos de que trata o inciso II do caput deste artigo [ICMS], nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País”.

QUESTÃO 249 – GABARITO: B

Comentário: Repartição do IPVA com os Municípios no Art. 101, I: “cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios...”.

QUESTÃO 250 – GABARITO: D

Comentário: Prazo de repasse dos duodécimos orçamentários no Art. 109: “...ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar”.

EP 100 QUESTÕES INÉDITAS CONSTITUIÇÃO RN



PPRN